

Governo ameaça escola mas crê em diálogo

O Conselho de Educação do DF se reunirá na próxima segunda-feira para analisar a questão da paralisação das escolas particulares de Brasília. Ontem o presidente do Conselho, Gildo Villadino, afirmou que o órgão tem competência para advertir os donos de escolas, suspender as atividades destes estabelecimentos, intervir e até encampar, o que significa desapropriar os proprietários. Mas Villadino acredita que o impasse será resolvido através do diálogo.

Norma do Conselho de Educação autoriza o órgão a intervir nas escolas particulares, que precisam de autorização para funcionar, segundo Villadino. Ele citou ainda a lei número 4.024, de Diretrizes e Bases, que estabelece ser competência dos estados e do DF autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus, não pertencentes à União, bem como reconhecê-los e inspecioná-los.

O parágrafo único do artigo 167 de norma interna do Conselho determina que "esgotados os prazos concedidos, o órgão de inspeção do sistema proporá a suspensão das atividades do estabelecimento, garantindo aos alunos a continuidade e o aproveitamento dos estudos".

Jaime Zweiter, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), não con-

corda com Gildo Villadino. Ele acha que o Conselho pode intervir se a questão for pedagógica, mas não no setor administrativo das escolas. Pelo menos num ponto concordam o presidente do Sinepe e o dirigente do Conselho de Educação do DF: ambos não classificam a paralisação como locaute. Os dois entendem como locaute a suspensão das atividades de uma empresa para não pagar os funcionários.

Certo da coesão das escolas, Zweiter informou que poucos estabelecimentos de ensino que funcionaram ontem vão aderir à paralisação a partir de segunda-feira. Segundo ele, os diretores das escolas que funcionaram ontem alegaram que precisavam trabalhar para informar aos pais que suspenderiam as aulas por tempo indeterminado a partir da próxima segunda-feira.

ADESÃO

Zweiter disse mais. Afirmou que as escolas particulares dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Ceará e Amazonas estão dispostas a aderir ao movimento iniciado com a prisão do diretor do Colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu, na última quarta-feira. Ele foi acusado de descumprir a liminar da 3ª Vara da Justiça Fe-

deral. A liminar sustou os efeitos da portaria 140 do Ministério da Fazenda que instituiu o regime da liberdade vigiada para o reajuste das mensalidades, e deu competência aos conselhos estaduais de Educação para fixar os índices de reajustes dos preços escolares.

O presidente do Sinepe acrescentou que a Federação Interestadual de Escolas (Fiepe) integrada pelos estados citados, inclusive o DF, reuniu-se ontem à tarde em Brasília e mostrou-se disposta a apoiar a paralisação. A Fiepe é presidida por Jaime Zweiter.

Embora tenha afirmado que o Conselho de Educação analisará a paralisação, o presidente do órgão destacou que a análise será feita com base no comunicado divulgado ontem pelo Sinepe através da imprensa, que não esclarece o motivo da suspensão das aulas. No comunicado as escolas prometem voltar à normalidade quando for restabelecido o clima de harmonia e respeito nestes estabelecimentos. Conforme Zweiter, esse clima já não existe em decorrência do acúmulo de leis, decretos, e portarias.

Ele citou dois decretos sobre o assunto que estão em vigor, o 95.921/88, o 532/69. "Queremos saber o que realmente está v a09X", disse Zweiter.

VALDIR MESSIAS



No Imaculada Conceição, os portões se mantiveram abertos e os alunos entravam e saíam quando bem entendiam